

INSERÇÃO DA MULHER NA EDUCAÇÃO PARINTINENSE: UMA DISCURSÃO DE GÊNERO SOBRE O PROJETO LEI Nº 75 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1857 EM NARRATIVAS DE MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE.

Autor: Marciane de Souza da Silva¹; Co-autor: Mary Tania dos Santos Carvalho²

Universidade do Estado do Amazonas- Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP, <http://www.uea.edu.br>

RESUMO DO ARTIGO:

O presente artigo buscou conhecer o processo em que se deu a inserção das mulheres na educação em Parintins-Am, tendo como locus a história da educação local, tempo/ espaço, investigados no Projeto -lei nº 75 de 14 de dezembro de 1857. Nosso objetivo foi conhecer a partir das narrativas de mulheres sobre este direito assegurado para que as mesmas pudessem estudar durante o período provincial. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, tendo como técnica de coleta de dados a entrevista narrativa com mulheres sobre esta conquista na contemporaneidade, além da ampla análise sobre bibliografias que abordam o tema, requerendo um estudo mais amplo dos fatos que levaram a tal inserção. Nossos resultados apontam que a mulher ao longo desse processo histórico foi sujeitada em função do autoritarismo masculino que há muito submetia a tal condição já que a sociedade na época concebia a mulher apenas para o casamento, ou para a vida religiosa, ou para o trabalho doméstico e escravo, práticas que precisavam de pouca ou nenhuma educação escolar uma vez que a idealização da mulher sempre esteve no imaginário social e tal idealização não passava apenas pela afirmação da beleza feminina, sem as incluir, antes, os diversos papéis que elas podiam ocupar na sociedade, e diante disso contextualizar principalmente sua atuação enquanto mulher no contexto histórico amazônico e parintinense.

Palavras-chave: GÊNERO, INSERÇÃO, EDUCAÇÃO FEMININA, NARRATIVAS.

1. INTRODUÇÃO

A história de um povo é como um oceano, onde convergem imagens, vivências e experiências ao longo do seu itinerário. Refletir sobre a história de um determinado lugar, ou fato, exige necessariamente conhecer e analisar o processo em que o mesmo aconteceu: no tempo e no espaço, interrogando os documentos, fundando-se na memória através de narrativas ou colhendo em fontes primárias informações que possam trazer a luz do real acontecido. De tal forma neste trabalho, buscamos entender as transformações que permearam a inserção da mulher na educação parintinense no ano de 1857, para tanto, foi necessário um estudo dos fatos que pudessem nos remeter a aquela inserção.

¹ Acadêmica do 8º período do Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: marcywendell@gmail.com

² Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática REAMEC/ Polo UEA: Marytania-sc@hotmail.com.

A época em que o período se encontra a educação estava concentrada basicamente na mão da igreja, e até certo tempo o acesso a este ensino esteve priorizado apenas a classe masculina, logo, as mulheres ficaram exclusas do sistema escolar estabelecido na colônia. Buscamos historicizar a situação da educação da mulher buscando nas narrativas destas, os fatos históricos que permearam essa conquista feminina na educação formal, um espaço dantes ocupado apenas por homens, em um determinado momento da história, especificamente no ano de 1857. A partir das ideias presentes na época sobre a situação feminina no mundo, no Brasil, Amazonas e Parintins, visamos também por meio do trabalho contribuir com aqueles que têm interesse pela temática, que embora seja um tema rico de informações ao falar em educação, é, porém, na história local pouquíssimo pesquisado, e assim estaremos buscando uma amplitude critica sob o olhar da mulher que ao longo do processo histórico, uma vez que foi sujeita em função do autoritarismo masculino que há muito submetera a tal condição já que a sociedade na época concebia a mulher apenas para o casamento, ou para a vida religiosa, ou para o trabalho doméstico e escravo, práticas que precisavam de pouca ou nenhuma educação escolar.

Para as indagações formulamos os seguintes objetivos: Conhecer o processo histórico local do tempo-espaço que se deu a inserção das mulheres na educação em Parintins por meio de fontes teóricas e documentais; Caracterizar a partir das narrativas das primeiras mulheres que fizeram parte do sistema escolar dia primeira escola do município “Araújo Filho” fundamentando com a aprovação do Projeto -lei nº 75 de 14 de dezembro de 1857, criado para que as mesmas pudessem estudar; Analisar as narrativas da inserção da geração das mulheres na educação Parintinense no ano de 1857 situando o contexto histórico parintinense, e amazônico.

Buscamos com este trabalho abrir leque para novas abordagens ou estudos e discursões que permitam trazer um olhar que inclua a mulher no espaço e tempo, dentro de uma perspectiva mais ampla da história moderna e contemporânea e isso nos possibilite investigar o perfil de como a mesma era vista, suas lutas no período em questão no mundo. Segundo pesquisas a data de 1857 acontecia em nova Iorque uma manifestação de mulheres em uma fábrica reivindicando melhores condições na jornada de trabalho e em repreensão a esta atitude foram queimadas 122 mulheres, o calendário mundial atribuiu esta data ao dia internacional da mulher, embora o fato ainda seja contestado por alguns historiadores, isto nos permite situar a mulher no mundo a mulher enquanto discussão de gênero, mas sobretudo esperamos que nossos resultados contribuam para a história da educação local, uma vez que mesmo depois de 197 anos após esta conquista, ainda hoje as mulheres na sociedade buscam uma superação de desigualdade e, ao situarmos a mulher na educação neste

período é faremos um panorama da educação no Brasil, e assim, observarmos como estas foram conquistando seus espaços paulatinamente.

2. METODOLOGIA

Sendo uma pesquisa documental e narrativa, as fontes primárias do estudo pesquisado foram encontradas tanto na biblioteca do estado do Pará, pois a época discutida, enquanto província ainda estava ligada geograficamente ao Estado do Pará. Assim como nas bibliotecas Municipais de Manaus e Parintins, e no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas – IGHA, posteriormente um olhar nos autores que contextualizam a temática acerca da inserção da mulher na educação em um contexto macro, porém afinando para os acontecimentos no recorte temático situando a importância histórica do contexto amazônico e parintinense dando-se ênfase às narrativas de mulheres que trouxeram suas histórias de vida a partir da temática sobre sua inserção na educação trazendo assim a contribuição para a fundamentação dessa conquista.

A importância da narrativa se dá neste trabalho, por que além da mesma ter sido desenvolvida dentro de um campo de pesquisa da política local e bibliográfica, acreditamos que o poder de contar história pode ser difundido como uma ferramenta de transformação dos fenômenos sociais, afirma BAUER (2002) que a técnica recebe seu nome da palavra latina *narrare*, relatar, contar uma história. (p.93). Por ser uma forma simples e absorver a essência do que se quer ouvir, seu estudo passou a conquistado nos últimos anos uma vez que em todo lugar em que haja alguém ou grupos sociais sempre haverá relatos de experiências, sua ideia é reconstruir os acontecimentos, contar algo que marcou sua memória é dizer que sempre encontramos as narrativas transformadas na história. E por isso é considerada uma forma de pesquisa não estruturada, mas com passos específicos, solta e sem impor ao atender a pergunta-resposta, é neste momento que quanto menos o entrevistador influenciar mais detalhes será colhido da entrevista, e vista como uma comunicação cotidiana alcançará nossos objetivos.

Esta técnica de entrevista abrange os passos que vão desde a familiarização com o estudo de campo, como após ter começado a narração, eliminar os imprevistos que possam levar a interromper o fluído da narrativa, pois a maneira como começamos a entrevista vai implicar na qualidade da entrevista, saber o momento de perguntar algo que ficou “solto” referente ao acontecimento da história através do esquema autogerador, e sobre a finalização da entrevista,

desligar o gravador e fazer anotações em um caderno de campo para registrar as impressões posteriores.

O processo de análise da entrevista narrativa se deu conforme elucidada BAUER (2002):

A entrevista narrativa é uma técnica para gerar histórias; ela é aberta quanto aos procedimentos analíticos que seguem a coleta de dados. A seguir, apresentaremos brevemente três diferentes procedimentos que podem ajudar aos pesquisadores na análise das histórias coletadas durante a entrevista narrativa: a análise temática, a proposta do próprio Schütze e a análise estruturalista. (p. 105)

No trabalho apresentado sobre a *transcrição* ocorreu que, todo o material coletado após a entrevista, por ser um documento ainda midiático, foi transformado em documento escrito atentando em descrever todos os detalhes possíveis da entrevista, embora fosse cansativa. Sobre a *Análise Temática: construindo um referencial de codificação* é o momento em que a entrevista se constituirá em uma interpretação sobre a relevância da informação dada pelo informante problematizando com autores que discutem o tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos o Projeto-lei nº 75 de 14 de dezembro de 1857 e as narrativas de mulheres sobre esta conquista na contemporaneidade, discutindo o processo da inclusão da mulher no sistema escolar parintinense, seguidos pela motivação de que o ofício do historiador só é validado a partir do momento em que o mesmo tem o contato direto com as fontes. Com este pensamento é fundamental buscar no passado para compreender o presente e dar uma luz no futuro do que se constituiu como fato memorável na memória de mulheres sobre esta conquista, e extrair a partir da herança cultural as relações que o ser humano possui com suas recordações,

Até certo período a história da educação no império pairou a céu aberto. Mas que educação era esta? Sabe-se que neste período a educação estava concentrada basicamente na mão da igreja, ou seja, vigários se responsabilizam pela educação de meninos e meninas, e isto significava basicamente somente a transmissão da língua portuguesa, ainda que fosse aqui a mulher já era excluída, segundo Romanelli (2005, p.33): “Apenas àqueles cabia o direito à educação e, mesmo assim em número restrito, porquanto deveriam estar excluídos dessa minoria mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção dos negócios paternos”. O ensino aqui estava

priorizado a classe masculina e logo, as mulheres ficaram excluídas do sistema escolar estabelecido na colônia.

Ao passarmos pela independência em 1822, houve a necessidade de ser instalado um sistema de ensino. Segundo Carvalho (1972): explica que se tornava profícuo transformar o país em um modelo de educação escolar que atendesse a nova conjuntura política” (p.2). Para mudar a estrutura social do país era necessário que houvessem muitas transformações, principalmente por que o país possuía uma territorialidade complexa para se administrar, assim a providência foi dividir o país em províncias, para que atendesse as transformações almejadas e umas delas era na educação, por perceber que o país era em sua maioria um povo analfabeto. O século XIX passa a ser conhecido por muitos teóricos como o século da *instrução primária*³, e sob a Constituição do Brasil promulgada por Dom Pedro em 1827 a Lei Geral de 15 de outubro, dispõe sobre as escolas de primeiras letras, fixando-lhes o currículo e institui o ensino primário para o sexo feminino no Brasil.

No Amazonas até o ano desde o ano de 1825 a 1850 ainda pertencíamos a província do Grão Pará, talvez por pressão internacional para reconhecer a capacidade a produção de borracha, Manaus nessa época já passava por transformações, sendo observada por cientistas naturalistas no Rio Amazonas, entre eles Henry Bates, que ao fazer uma viagem nesta região, visualizou no ano de 1855 fazendo uma panorama da paisagem e geografia do município de Parintins, na época ainda era uma vila com o nome de Vila Nova da Rainha. Em 1853 o ensino público é implantando em Parintins, segundo Saunier (2003): antes da criação da província frequentava alunos em uma escola, casa do organizador de Parintins, José Pedro Cordovil, hoje atual escola Araújo Filho, apenas 25 alunos recebiam a educação primária tendo como primeiro professor efetivo, Pe. Antônio Torquato de Souza que apresentou um projeto para a criação do ensino primário para o sexo feminino, pois o ensino era permitido apenas aos meninos estando destinadas até o momento para atividades domésticas. O projeto – lei que aprovado para a inserção feminina na educação foi levado a câmara e num segundo momento foi aprovado em 1857 conforme elucida também BITTENCURT (1924):

Na sessão de 23 de Agosto do mesmo ano, o deputado Tapajós apresentou um projeto criando a cadeira do ensino primário para o sexo feminino, projeto que foi rejeitado na primeira discussão. Esta escola foi criada depois, em 1857, pela lei nº 75 de 14 de Dezembro, tendo sido autor do projeto respectivo o Deputado Padre Torquato, que o apresentou na sessão da Assembleia Provincial, de 10 de Novembro de anterior. (p. 138)

³ A Lei Geral de Ensino de 1827 ordenou a criação de escolas de primeiras letras ou primárias, em número suficiente em todas as cidades, vilas e nos lugares mais populosos do império. Constituição Brasileira.

A partir deste momento, as mulheres tinham o direito por lei frequentar a escola, poderiam realizar o sonho de serem educadas na escola formal, terem a mesma instrução possibilitada aos homens e neste espaço educacional as mulheres iam ter a possibilidade de terem acesso a uma sala de aula o que possivelmente há muito tempo por elas era cobiçado, pois antes da aprovação do Projeto – lei a única escola de meninas ficava na capital, deixando o interior no mais puro abandono. Ainda que fosse apenas para o ensino primário as meninas não podiam cursar todas as disciplinas disponíveis aos meninos.

Ao construirmos as narrativas de mulheres sobre esta lei que outrora foi assegurada, observando o que cada uma tem de peculiar guardado em sua memória sobre educação vivida por elas na época, adentramos em campo de subjetividade, BERGSON (1999) sobre a memória confirma: No que diz respeito a memória, o papel do corpo não é armazenar as lembranças, mas simplesmente escolher, para trazê-la à consciência distinta graças a eficácia real que lhe confere, a lembrança útil, aquela que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final⁴. (p. 109).

Encontramos esta subjetividade na narrativa de Maria Nascimento Andrade Odneia, nascida em 15 de abril de 1941 assegurando que:

“Minha mãe morreu eu tinha oito anos de idade, e começamos a estudar assim, vai pro colégio, volta pra casa, ninguém, eu já comecei a estudar com onze doze anos de idade, e, pelo respeito e pelo medo, nós tínhamos um certo medo do professor, primeiro tinha a palmatória, tinha a régua, e agente, é, tinha que estudar, eu nasce aqui, eu comecei a estudar na escola Araújo Filho em 41 51, acho que me 56 a 57 porai aqui eu comecei a estudar, então a escola representava pra nós um, um território, geográfico, diferente da tua casa, ao qual tu prestava uma obediência, obediente, tu irias aprender o que os mestres ti ensinava, conhecimento, e tu tinha também educação dentro da escola, o professor não só mero transmissor de conhecimento, ele também ti passava, o respeito, tu tinhas que saber, ter noções de como tratar teu colega, de como se portar na sala de aula, de como corresponder, tu tinhas que aprender e ti comportar devidamente, então nós sempre fomos a é tinha na época que eu comecei a estudar, éramos homens e mulheres, já tinham homens de uma certa idade, mais velhos que as mulheres, e tudo, nós éramos turmas, que agente se integrava, todo mundo era amigo”.

⁴ BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pg. 109.

Conforme relata a narrativa de Andrade, 100 anos após a aprovação do Projeto lei a sociedade mantinha o costume de reservar somente a mulher um espaço pequeno entre a escola, casa ou igreja, e embora já havendo um ensino misto, no qual homens e mulheres poderiam se integrar, sem barreira entre ambos, tudo em função de uma educação que serviria como construção de conhecimento, a indiferença no tratamento entre homens e mulheres é notória, então se presume que a escolarização de homens era para o poder público no período regencial era mais significativo, prevalecendo o autoritarismo, as mulheres sempre ficaram na dissociação da escolarização.

Para Glaydes Mery da Silva Maia, nascida em 1965, ao elucidar suas recordações diz:

“Tia Elcia me permitiu visualizar o mundo maior do que era saiu do mundo do mundinho de Parintins, neh e já começar a visualizar, eu pensava em ir pro Estados Unidos, já comecei a ver ah eu podia ir pra Austrália me interessar por um mundo é maior do que Parintins e o que é um mundo maior do que Parintins? É um mundo que não existia aqui, nós tínhamos isso era década de 70 nós tínhamos uma rádio que é a radio alvorada e a radio alvorada tinha músicas, por exemplo, é que e repetiam continuamente era difícil, por exemplo, você ouvir Beatles na rádio alvorada”.

Para DIAS (1999) quando compreendemos que este mundo pequeno é quando aceitamos que diferente é o que pode de tirar daquilo que está presente na sociedade de forma atrasada:

Para os viajantes naturalistas do século XIX, a ideia de modernidade é concebida fundamentalmente na medida em que são oferecidos os padrões, os valores, os costumes do mundo moderno, isto é, do mundo europeu. As impressões registradas denominam surpresa, inquietação e até pena de um mundo incivilizado, atrasado. Mas, ao mesmo tempo, imaginam um mundo de possibilidades futuras que a região oferece. (p. 32)

A ideia de que sair deste espaço considerado pequeno, o motivo que levou as mulheres a lutarem por seus ideais. As inquietações foi um ponto chave para que singrar o medo e lutar por direitos iguais perante a conjuntura política de cada época, pois como afirma Perrot (1992) “*Da história, muitas vezes a mulher é excluída* (p.185)”.

CONCLUSÃO

Acreditamos que a conquista da instrução e educação para o sexo feminino nos fez compreender que a mulher poder ser sujeito ativo na história, e assim, podemos ampliar nossas análises num futuro próximo, pois observamos como foi árduo o processo de inserção e conquista da educação e instrução por parte do feminino ao longo do processo histórico no Brasil e no Amazonas.

Por fim, acreditamos que muito há de se fazer, pois trabalhar com História das Mulheres e relações de Gênero, enquanto abordagem histórica é sempre desafiador. Entendemos que este estudo contribui para a escrita da história da educação na Amazônia, trazendo para discussão a instrução primária no município de Parintins, acreditamos que este estudo fomentará outras pesquisas acerca da história da educação na Amazônia, sobre outros níveis de ensino, bem como outros períodos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAMASCENO, Elazar Lopes; LIMA, Elizeu dos Santos. “A Introdução da “Mulher na Historiografia”. In.: Revista História Viva. Artigos: Escola Dos Annales, Publicado Em 15 De Dezembro De 2010.

Biblioteca Particular Eric Canto. **Relatórios da Província do Amazonas**, Anos 1853 a 1883 e 1893 a 1903.

LOUREIRO, Antônio José Souto. O amazonas na época Imperial. 2º ed. Manaus, 1990.

AVÉ-LALLEMANT, Robert (1980), **No Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo [1859].

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pg. 109.

BITTENCOURT, Antônio C. R. **Memória do Município de Parintins**: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material. 1924. pg. 138.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da história da Educação Brasileira**: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua priorização. São Paulo, 1972. (mimeog.)

COSTA, Heloisa Lara Campos da. **As Mulheres e o Poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

DEL PRIORE, Mary (org) & BASSANEZI, Carla (coord. De textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 185p.

SAUNIER, Tonzinho. Parintins: Memória dos acontecimentos históricos. Manaus: editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SOUZA, Tadeu. **Missão Vila nova – Parintins (dos Jesuítas aos missionários do Pime)**. Gráfica João XXIII, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

